

Rio 2016 de ga\$tos



Menino observa uma casa que foi parcialmente derrubada na Vila Autódromo, no Rio. Foto: Fernando Brazão / Agência Brasil

Rio 2016 pelo olhar das crianças

>> O que elas acham das Olimpíadas?

>> Quais os impactos dos megaeventos sobre essa parcela da população?

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em julho de 1990, o Brasil se tornou referência mundial em legislação para infância e adolescência. Este ano, o ECA completa 25 anos, mas o cenário é de um longo caminho para se avançar na concretização de suas medidas.

Crianças e adolescentes são reconhecidos pela Constituição como sujeitos de direitos que devem ser garantidos pelo Estado, pela sociedade e pelas famílias com prioridade absoluta.

No mês do aniversário do ECA e de retrocessos como o debate da redução da maioridade penal, propomos reflexões sobre os efeitos das Olimpíadas sobre as crianças, abordando a questão do orçamento e outras relacionadas à infância e à juventude neste contexto.

Estatuto da Criança e do Adolescente

"Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com **absoluta prioridade**, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária".

Orçamento criança e adolescente e os Jogos

O Orçamento para Crianças e Adolescentes (OCA) é calculado através de uma metodologia que soma investimentos em saúde, educação e assistência social e direitos de cidadania. Ele é dividido entre uma parcela Exclusiva (voltada diretamente a crianças e adolescentes) e a outra Não-Exclusiva, que é composta de políticas públicas relacionadas às famílias. Pesquisa do Fórum Popular do Orçamento do Rio sobre o OCA demonstrou que o total destinado para 2014 foi de R\$5,14 bilhões, cerca de 23% do orçamento municipal do ano. Só para se ter uma comparação, a prefeitura tem quatro projetos para o legado das Olimpíadas com investimento de R\$14,34 bilhões, dos quais R\$737 milhões são de gastos diretos com a matriz de responsabilidades. Com estes R\$737 milhões seria possível a construção de 184 escolas de padrão médio (custo de R\$4 milhões), 32 hospitais (custo de R\$23 milhões) e 921 casas populares (custo de R\$80 mil).

Turismo e Exploração sexual

Uma grande preocupação com os locais que recebem megaeventos é o aumento da exploração sexual. O grande número de pessoas circulando pela cidade pode trazer riscos nesse aspecto, principalmente em época de férias prolongadas coincidindo com o período dos eventos.

Em 2014, o serviço federal de denúncias Disque 100 registrou quase três denúncias por hora de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Durante a Copa do Mundo, as denúncias pelo Disque 100 aumentaram 15,6% na comparação com o mesmo período de 2013.

A exploração sexual nos grandes eventos esportivos está conectada a problemas sociais já existentes, como desigualdades econômicas e sociais, estresse familiar, pobreza e violência doméstica. É fundamental, portanto, que o poder público, assim como o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Olímpico Brasileiro, realizem ações preventivas contra esse tipo de crime. No entanto, não foi encontrada menção específica à realização de projetos ou atividades de combate e prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes nos sites da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidade Olímpica.

No orçamento municipal, há menção na Lei de Diretrizes Orçamentárias ao Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infantojuvenil no Território Brasileiro (Pair). O enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, medido através do único programa (Pair) implantado e mantido na cidade, aparece apenas como um dentre os diversos produtos da ação de Promoção dos Direitos Humanos, que possui dotação de R\$ 8 milhões no total. No entanto, não foi encontrada menção específica à realização



Trabalho Infantil

Outro problema que se agrava com megaeventos é o trabalho infantil. A Constituição Federal proíbe qualquer tipo de trabalho por menores de 16 anos, salvo como aprendiz a partir dos 14 anos. O governo brasileiro afirmou que desejava associar o combate ao trabalho infantil às campanhas de grandes eventos esportivos. No entanto, nada é mencionado sobre o tema no site da Cidade Olímpica. Uma campanha foi lançada no último dia 29 de maio com dois vídeos sobre o tema [1], no entanto há ainda pouca visibilidade e nenhuma menção na Lei do Orçamento Anual (LOA) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015.

Recolhimento compulsório

Uma vez as Olimpíadas integram um modelo de cidade excludente, os Jogos são utilizados como pretexto para tornar invisíveis, "esconder" dos olhos dos



turistas pessoas que não se adequam ao cartão postal da cidade olímpica. As crianças em situação de rua se enquadram nesse grupo.

Os Jogos são utilizados como pretexto para recolhimentos compulsórios. Como as remoções forçadas (que fazem com que crianças percam seus territórios, amigos, tenham que mudar de escola), os recolhimentos compulsórios também configuram grave violação de direitos.

Esse é um dos poucos temas que ganham destaque no texto da LOA 2015. O acolhimento especializado a crianças e adolescentes usuários de crack e outras substâncias psicoativas possui dotação de R\$6,8 milhões. Utilizando como pretexto o combate ao crack, crianças são removidas das áreas centrais e da Zona Sul da cidade para abrigos na Zona Oeste.

Em 2013, o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) entrou com ação solicitando a cassação do prefeito Eduardo Paes por abusos na remoção de moradores de rua. Foi detectado que as ações de recolhimento eram violentas e atingiam o conjunto dos sem-teto, não apenas usuários de drogas. O MPRJ também encontrou situações de superlotação e de insalubridade nos abrigos [2].

Em outubro de 2009, o Rio foi escolhido como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Como esperado, o fato gerou uma série de reordenamentos em diversas políticas públicas na cidade, e como política criminal não era esperado que fosse diferente. Não por acaso, temos, a partir do anúncio, uma alteração significativa na variação do número de adolescentes privados de liberdade, evidenciando assim uma tendência de crescimento que pode ser observada [ver gráfico pag.3] até 2011.

Diante deste quadro, impossível não apontar a evidente relação entre este fenômeno e a realização da Copa do Mundo de Futebol, realizada entre junho e julho de 2014. Essa constatação nos impõe a leitura de que se instalou no estado do Rio, e também no Brasil, um verdadeiro estado de exceção, em que adolescentes foram apreendidos pelas forças de segurança e mantidos privados de sua liberdade pelo Poder Judiciário com vistas à higienização da cidade sede da partida final da Copa do Mundo.

Esses são apenas alguns exemplos dos grandes impactos causados pelos megaeventos sobre as crianças, afetando seu direito ao pleno desenvolvimento, à segurança e à cidade como um todo.

Fontes:

[1] Agência EBC
<http://migre.me/qQA5r>

[2] Valor Política
<http://migre.me/qQAcd>

Rio 2016: quem ganha e quem sai perdendo

Dê sua opinião:

#RiodeGastos



As UPPs e militarização da vida de meninos e meninas

As crianças também sofrem com a militarização da cidade. As Unidades de Política Pacificadora (UPPs) são justificadas como ação para "pacificar" as pessoas que não se enquadram na cidade olímpica excludente e que devem ser controladas durante os Jogos para evitar qualquer distúrbio às autoridades.

A UPP na Favela Nova Brasília, no Complexo do Alemão, teve como base o Colégio Caic Theóphilo de Souza Pinto. A escola perdeu metade de seus alunos até o início de 2015, e as trocas de tiros deixaram buracos na fachada. "Não há projeto pedagógico que suporte uma UPP no pátio da escola", avaliou o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da ALERJ, Marcelo Freixo.

Durante a CPI realizada pela Comissão que tratou do caso, o grêmio estudantil da escola não esteve presente por não achar o espaço seguro, mas afirmou por escrito que queria "restabelecer a paz no nosso ambiente de estudo, trazer de volta os projetos que perdemos para que a escola seja um território neutro".

Após essa mobilização, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora afirmou que a base seria desativada. Até o fim de junho deste ano, no entanto, a base segue no mesmo local.

Fonte: Brasil 247 <http://migre.me/qQzEJ>

E agora, onde a gente vai brincar e jogar?



Parte do complexo do Maracanã, o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Julio Delamare estão fechados desde janeiro 2013. Eles seriam demolidos por causa das obras do projeto de privatização do Maracanã e virariam estacionamento, mas as demolições foram embargadas após protestos. Tais protestos também garantiram a permanência da Escola Municipal Friedenreich – que seria demolida nas obras da Copa também para dar lugar aos carros.

Mesmo com essa conquista, os estádios já estão parcialmente demolidos, deixando os atletas amadores e profissionais, incluindo atletas olímpicos, sem local adequado para treino. Nenhum dos dois estádios vai ser utilizado nas Olimpíadas e sua reabertura deve ocorrer apenas em 2018.

Cerca de 10.000 pessoas, entre elas muitas crianças e adolescentes, utilizavam os equipamentos. Elas tinham ali a possibilidade de desenvolver aptidões esportivas e de se tornarem futuros representantes do Brasil em competições. A ex-coordenadora técnica do Projeto Rio 2016 do Célio de Barros, que reunia atletas a partir de cinco anos de idade, Edneida Freire, afirmou em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo: "Cada dia temos que ir a um local diferente. No Engenhão, se o Botafogo tem treino, não podemos entrar. A gente já formou atletas que disputam brasileiro, sul-americano, mas quem acaba se prejudicando mais são as crianças".

Fonte: Estadão Esportes <http://migre.me/qQzIJ>



Onde estão nossos direitos?

"Opovo sofre muito com os megaeventos, com as olimpíadas. Pessoas sendo removidas de suas casas, pessoas que não sabem seus direitos ou que não podem fazer nada e isso acaba prejudicando o povo da favela, onde o governo passa uma maquiagem nisso tudo, onde a saúde piora a cada ano, onde as pessoas não têm direito de ir e vir, onde investe bilhões pra esses eventos e se esquece do povo que precisa. Faz estádios para que as pessoas de fora venham ver os pontos turísticos e o povo que mora no Rio não tem nenhuma condição de pegar sua família e ir visitar porque é muito caro. Onde as pessoas vão para um hospital onde demora 2 ou 3 horas ou até mais para ser atendido. Onde a condução vem cheia e o governo está cagando e andando pro povo, porque pra eles tanto faz, porque eles têm dinheiro. Se eu tivesse 37 bilhões eu mudaria tudo : a saúde, eu iria colocar mais escolas, iria deixar todos visitar os pontos turísticos, todos iriam ter casa, eu iria ver o sorriso das crianças e das pessoas que sofrem!!!!"

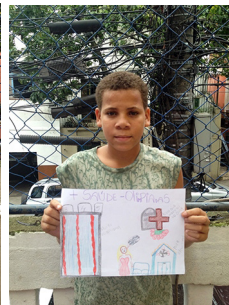
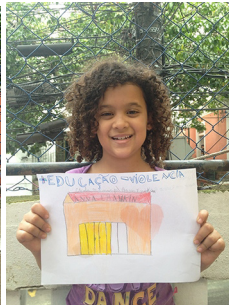
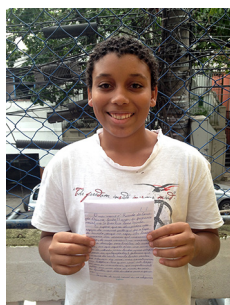
Kelly Regina, 13 anos, moro na Baixada Fluminense.

Os desenhos que ilustram essa edição foram feitos pelas crianças integrantes da *Se Essa Rua Fosse Minha*, entidade da sociedade civil cuja missão é desenvolver e apoiar campanhas e ações sociais e educativas voltadas para crianças e adolescentes, fortalecendo habilidades sociais como espontaneidade, autonomia, criatividade, afetividade e protagonismo junto a crianças, adolescentes e jovens

Colaboram nesta edição:

Kelly, David, Patrick, Joyce,
Aline, Ricardo, Eduarda,
Clarinha, Carol, Matheus

(*Se Essa Rua Fosse Minha*)



>> Boletim Rio de Gastos 2016

Dê sua opinião:

#RiodeGastos

pacsinstituto@gmail.com



facebook.com/PACSIstituto



@InstitutoPacs

Textos: Julia Bustamante, Miguel Borba, Sandra Quintela, Gabriel Strautman
Projeto Gráfico: Iara Moura

Revisão, edição e editoração: Iara Moura, Thiago Mendes

Apoio: Fundação Heinrich Böll, DKA Áustria, Se Essa Rua Fosse Minha

pacs.org.br

+55 (21) 2210.2124

Rua Evaristo da Veiga, 407 / 702 - Rio de Janeiro / Brasil